



“Histórias do Trabalho no Sul Global”

“Historias del Trabajo en el Sur Global”

“Labour Histories from the Global South”

I Seminário Internacional de História do Trabalho

V Jornada Nacional de História do Trabalho

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis

25-28 de Outubro de 2010

**“Veja que o mundo virou”: Considerações sobre o
processo-crime envolvendo os negros do Engenho
Salgado – Pernambuco 1890**

Maria Emília Vasconcelos dos Santos*

Um Senhor de engenho e suas memórias

Em suas memórias, Júlio Bello (1873 – 1951), descendente de uma família de proprietários de engenhos e escravos da Mata Sul de Pernambuco, registrou em um livro de memórias algumas ocasiões que ficaram marcadas em suas recordações: a vida dos escravos e o momento da Abolição da Escravidão. Ao escrever sobre os cativos e os libertos, narrou um folguedo popular, denominado Bumba-meu-boi, que teria assistido desde criança e afirmou ser característico de negros. Júlio Bello descreveu uma parte da cena na qual ocorre a morte do boi, ocasião em que as personagens acordavam a retirada do animal: *Trava-se a discussão entre ele, “Matheus” e “Cathirina”, que são o casal de*

* Doutoranda em História Social da Cultura pela Unicamp.

*palhaços de toda a função e se esforçam sempre em falar como os antigos pretos d'Angola uma arrevesada algavaria, muita vez graciosa e original.*¹

A história recordada pelo memorialista fala um pouco das experiências das pessoas que viveram nos engenhos em finais do século XIX. E nesse pequeno trecho ele narra um momento do folguedo brincado pelos escravos. Existem enredos diferentes para o auto do Bumba-meu-boi mas, numa das histórias mais populares, um casal de escravos, ou a depender da versão, um casal de trabalhadores rurais enfrenta a fúria de um Senhor de engenho após terem matado um boi na fazenda. No transcorrer da encenação, os dois personagens principais, Mateus e Cathirina, fazem de tudo para ressuscitar o bicho.²

O leitor pode se perguntar: o que o relato de Júlio Bello tem a ver com a questão sobre trabalhadores rurais dos oitocentos e a documentação judicial? A ligação inicial se dá por ser o Bumba-meu-boi, de acordo com Beatriz Brusantin, uma manifestação cultural dos trabalhadores da lavoura da cana, escravos e livres da Zona da Mata de Pernambuco.³ Por outro lado, a descrição de Júlio Bello encontra ressonância em um processo-crime datado de junho de 1890. Este processo é aberto por conta de uma briga entre um grupo de rapazes e os trabalhadores do Engenho Salgado, ocorrida durante um folguedo de Bumba-meu-boi.⁴

Nesse ponto, sigo a mesma trilha de Robert Slenes ao se perguntar sobre os significados culturais da greve do crânio do Tucuxi. Ele levanta o seguinte ponto: Por que devemos fazer um esforço para entender este evento? Eu me faço a mesma questão: por que seria importante nos deter para tentar compreender este episódio (a briga ocorrida durante um folguedo de Bumba-meu-boi)? Slenes, estabelecendo analogias entre a sua greve do Tucuxi e o Grande massacre dos gatos de Robert Darnton, conclui da maneira seguinte:

¹ Bello, Júlio. *Memórias de um Senhor de Engenho*. Recife: FUNDARPE, 3ª edição, 1985. Júlio Bello exerceu o jornalismo, foi deputado estadual na legislatura de 1910 a 1912, foi novamente eleito em 1925. Também foi governador interino de Pernambuco, no impedimento do Governador Estácio de Albuquerque Coimbra (1926-1930). Faleceu em 1951.

² Murphy, John Patrick. *Cavalo-Marinheiro pernambucano*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

³ Brusantin, Beatriz de Miranda. *Viva a liberdade! As festas e as resistências dos trabalhadores da zona da mata de Pernambuco (Brasil)*. In: XXIX Annual ILASA Student Conference, 2009, Austin, Texas, EUA. LANIC ETEXT Collection, 2009.

⁴[1890 – Povoação de Nossa Senhora do Ó Subdelegacia do 2º Districto] – Inquérito instaurado em consequência dos ferimentos recebidos por Cláudio Pergentino Ferreira do Monte [2ª capa]. Memorial da Justiça de Pernambuco, Fundo Comarca de Ipojuca, andar térreo, estante 08, face 1, prateleira A4 – caixa 00015.

Darnton observa que, quando o historiador encontra ações humanas cujas motivações parecem totalmente opacas, na verdade ele se defronta com uma oportunidade. Se alguém consegue perceber os símbolos e as metáforas que estão por trás do comportamento aparentemente inexplicável, pode ter acesso às mais íntimas “razões” de uma comunidade em particular ou de um grupo social. Assim até mesmo os eventos banais, uma vez decifrados, podem fornecer chaves para a compreensão de questões de grande importância.⁵

Investigar essa querela (o conflito ocorrido durante um folguedo de Bumba-meu-boi) é atraente por tornar possível a reconstrução de uma experiência retratada em sua maioria por memorialistas, folcloristas ou (re)encenada e (re)contada por meio da tradição oral. E também porque esta fonte, os processos judiciais, permite-nos perscrutar aspectos importantes da intimidade e das vivências dos sujeitos empregados na lavoura canavieira.

Com algumas proposições em mente para o desenvolvimento do meu projeto de doutoramento, fiz as seguintes perguntas: onde encontraremos indícios sobre a vida de trabalhadores da lavoura da cana de açúcar da Zona da Mata Sul de Pernambuco? Como escrever a história de sujeitos que em sua maioria não sabiam ler nem escrever e não deixaram registros produzidos diretamente por eles de suas experiências? Como saber mais sobre o cotidiano de trabalho e de lazer dos trabalhadores rurais da segunda metade do século XIX? Acreditamos serem os processos-crime uma fonte onde podemos encontrar, mais facilmente, homens e mulheres das camadas populares. Esse tipo de documento possibilita a reconstituição das teias de relações, a visão de mundo e as atividades cotidianas realizadas pelos meus personagens objeto de estudo.

Meu propósito neste trabalho é apresentar algumas reflexões iniciais a respeito das possibilidades de adentrar na vida e nos espaços de lazer de ex-escravos e libertos, trabalhadores da lavoura da cana, através dos processos judiciais. Mas antes de continuarmos com nossas inquirições e de iniciarmos a narrativa dos acontecimentos gravados nas páginas do processo-crime de 1890, vamos fazer rápidos esclarecimentos a propósito da nossa fonte para este trabalho.

⁵ Slenes, Robert W. *A grande greve do Tucuxi: Espíritos das águas centro africanas e identidade escrava no início do século XIX no Rio de Janeiro*. In: Heywood, Linda M. (Org.) *Diáspora negra no Brasil*, São Paulo: Contexto, 2008, Fl.195.

A fonte de pesquisa

A documentação judicial tem sido uma fonte importante para a historiografia e dá acesso às sociabilidades e conflitos vivenciados pelos segmentos populares. As informações contidas no processo-crime abrem a possibilidade de compreender algo a mais, não somente sobre o momento do conflito em si, mas também nessas contendas encontraremos as motivações e razões apresentadas pelos envolvidos, em geral, anteriores ao fato. Enfim, teremos acesso às visões de mundo compartilhadas por determinados grupos sociais.

O seu uso vem sendo discutido e há alguns anos textos são escritos a fim de comentar a respeito das suas dimensões metodológicas e teóricas. Carlo Ginzburg é um desses historiadores empenhados em discutir os usos dessas fontes em nossa disciplina. Ele pesquisou processos judiciais da inquisição dos séculos XV e XVI e essa pesquisa deu origem ao livro *O queijo e os vermes* onde uma de suas intenções era acessar o universo das camadas populares e posteriormente publicou o livro *El juez y el historiador* no qual trata a questão da interpretação das fontes, da viabilidade das provas e do uso da narrativa.⁶

O que mais chamou a minha atenção no último escrito referido é a noção de paradigma indiciário, idéia que fazia parte das questões discutidas e da experiência de pesquisa anterior do autor. Ginzburg avança neste último livro a respeito do exercício investigativo no qual a procura por indícios e provas é a base para se inquirir o passado. Ele acredita que é nesse exercício que o historiador demonstraria sua função social, ou seja, a de mostrar a verdade possível por ser o discurso histórico, por vezes, impreciso por faltas de fontes, mas um conhecimento fundado no rigor e na cientificidade.

A leitura desse livro foi enriquecedora por me fazer atentar para ter maiores cuidados investigativos, procurando realizar uma explicação mais densa dos rastros e estar atenta às minúcias do passado. O procedimento interpretativo e narrativo adotado pelo autor em seu exercício investigativo é a procura por indícios e provas e, a partir desses elementos, elaborar uma história. Carlo Ginzburg, com a noção de paradigma

⁶ Ginzburg, Carlo. *El juez y el historiador: acotaciones al margen del caso Sofri*. Madri: Anaya & Mario Muchnik, 1993.

indiciário e a prática micro-histórica, tem influenciado no modo de os historiadores exporem a sua narrativa dando atenção ao detalhe, à escala reduzida, a fazer ouvir vozes silenciadas e seguir a trajetória de certos atores sociais. Para ele os historiadores deveriam descrever o passado como os romancistas, se bem que procurando unir com ponderação provas, possibilidades e imaginação. Estes foram os aspectos mais evidentes dessa contribuição.⁷

As suas fontes, em determinados momentos do texto, não permitem uma narrativa na qual pudesse explorar situações das personagens da história por ele construída, possíveis na grande parte das vezes nos escritos dos romancistas. Já quando utiliza processos judiciais ou documentos onde um personagem tem detalhes de sua vida descritos, o autor também faz em sua narrativa uma exposição particularizada desses indivíduos. Não posso deixar de assinalar que para ir além das situações vividas por certos indivíduos que foram escritos pela pena do escrivão e obter dados acerca do universo cultural que envolvia os indivíduos é necessário trabalhar paralelamente com outros tipos de documentos.

O processo-crime é um tipo de fonte que, ao proporcionar ao pesquisador informações como local e data do evento delituoso, da caracterização do acusado e da vítima, dos depoimentos das testemunhas inquiridas, da apresentação dos argumentos da defesa e da acusação, das réplicas e de outras peças que compõem um processo, pode nos aproximar, em nosso caso específico, de ex-escravos e recompor com alguns detalhes o universo das relações sociais vivenciadas após a Abolição da Escravidão.

Nas fontes judiciárias podemos encontrar ainda outros documentos, como os exames de corpo de delito e de sanidade, várias petições, atestados de óbito, de batismo, de pobreza, cartas, bilhetes de amor, jornais, notas de compra, desenhos de objetos, fotografias e em alguns até os gestos e comportamentos são registrados pela pena do escrivão. Esse tipo de fonte pode nos ajudar a vislumbrar níveis de intimidade e a reconstituir trajetórias, redes de solidariedade ou imaginar as possibilidades da vida de um indivíduo. Temos uma série de pequenos fragmentos, o quais podemos chamar de indícios ou, para alguns, fragmentos de discursos possíveis de captar aspectos da vida de

⁷ Barros, José D'Assunção. *Sobre a Feitura da Micro-História*. In: Revista OPIS, vol.7, nº 9, jul-dez 2007.

sujeitos capaz de temos conhecimento através do encontro com o poder, representado nesse caso pela esfera do judiciário.⁸

Segundo Sidney Chalhoub, este tipo de documento possibilita ao historiador reconstruir aspectos da vida cotidiana, pois, ao se investigar o dia-a-dia dos indiciados, penetrava-se em sua vida íntima, mostrando, por vezes, os seus laços familiares e afetivos. E além desses aspectos são registradas nos processos-crime as estratégias de controle das autoridades policiais e judiciárias; os conflitos no interior da classe trabalhadora; ásperas disputas entre familiares e vizinhos.⁹

Os processos criminais trazem informações sobre réus, vítimas e testemunhas, tais como idade, naturalidade, estatuto jurídico (se escravo ou livre até 1888), ou condição matrimonial, ocupação, local de moradia, se era alfabetizado ou não e, por vezes, a cor. Hebe Mattos, no livro *As Cores do Silêncio*, já pontuou a dificuldade de ser encontrado o registro da cor das pessoas envolvidas nos processos criminais do período pós-emancipação, apontando para o problema de identificação dos negros nesse tipo de fonte.¹⁰

Para driblar esta dificuldade, adotaremos no decorrer da pesquisa como estratégia para localizar os negros nos processos criminais, no pós-abolição, uma leitura atenta dos testemunhos, quando algum depoente referia-se sobre a cor do réu ou de outra pessoa envolvida na questão; nos autos de corpo de delito; quando se identificava o local de origem, no caso dos africanos. Além disso, quando alguém era identificado ou se identificava como liberto ou ex-escravo.

O processo-crime guarda em suas páginas o registro de alguns aspectos da vida daqueles que estiveram envolvidos nas malhas da justiça. Existiu uma infinidade de mediações, filtros lingüísticos e culturais que separaram o fato transcorrido da sua passagem para o papel das falas recolhidas pelos membros das delegacias de polícia e tribunais de justiça. Mas sabemos que o documento judiciário pode proporcionar ao pesquisador, informações, como a fala das partes envolvidas no caso, difícil de ser

⁸ ver Foucault, Michel. *A vida dos homens infames*. In: O que é o autor? 3ª edição, s.l.: Veja, 1997. Passagens; vol. 6.

⁹ Chalhoub, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim – O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2ª edição, Campinas, Editora da Unicamp, 2001.

¹⁰ Mattos, Hebe Maria. *Das cores do silêncio – Os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998.

acessada em outras fontes. Em alguns casos trechos de diálogos são anotados literalmente pelos escrivães.

Estudos de caso e narração das experiências vividas por alguns indivíduos de forma quase etnográfica são permitidos devido à riqueza das descrições presentes nos processos-crime. Este modo de escrever um texto historiográfico teve influência também da chamada “história vista de baixo”, e os historiadores acompanharam esse movimento metodológico de tentar descortinar os comportamentos e opções dos subalternos.

Um outro instrumental metodológico usado pelos historiadores é a utilização da prática prosopográfica. A qual tem por objetivo aproximar-se da experiência individual e da diversidade das trajetórias pessoais estudadas. Podemos com tal procedimento mais a documentação judiciária, colocar de maneira viva e enérgica homens e mulheres frente aos olhos. Pode-se descrever os nossos personagens como o seu corpo, seus traços, movimentos, comportamentos, qualidades físicas e morais e em alguns casos é possível apresentar percursos de mobilidade, as redes de parentesco e clientela.¹¹

Além disso, podemos por meio dos processos criminais acompanhar o que vinha ocorrendo no interior dos engenhos, saber sobre a vida e as trajetórias de ex-escravos. Nas evidências contidas nesse tipo de fonte, podemos explorar recursos narrativos e darmos visibilidade e centralidade aos sujeitos comuns, homens e mulheres que de forma fragmentária romperam o silêncio através do relato escrito direto ou indireto de suas experiências herdadas, reconstruídas e partilhadas.

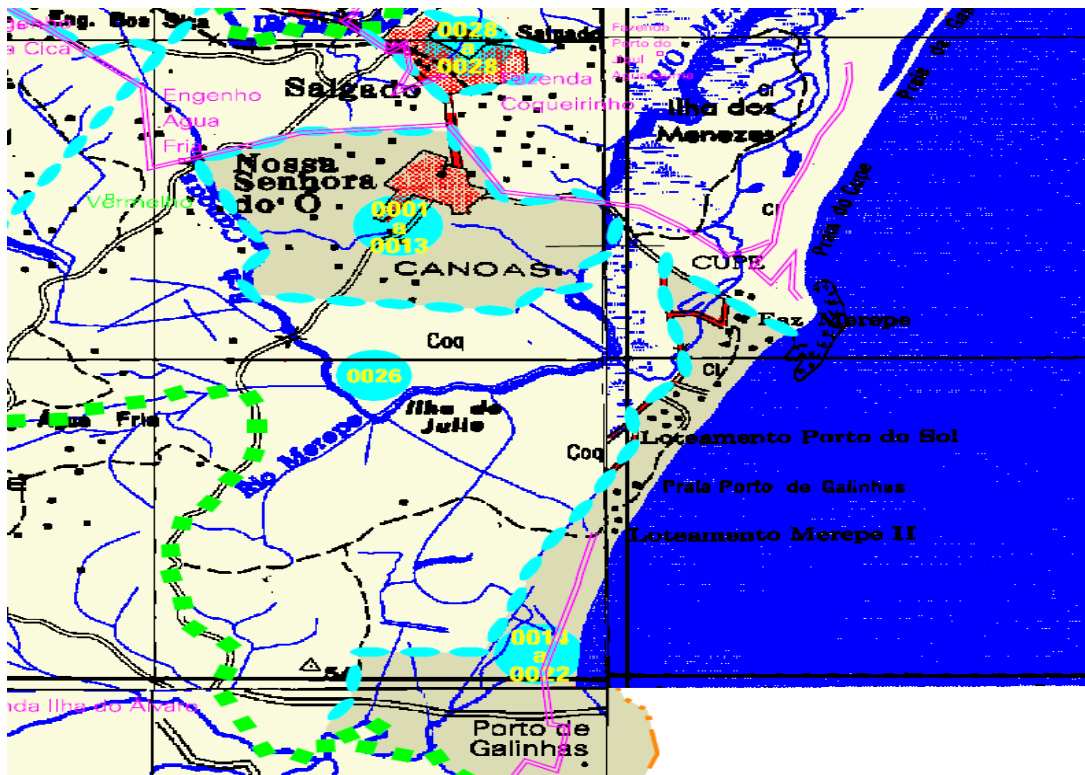
Um festejo contra a escravidão

Em 28 de junho de 1890, véspera de São Pedro, Cláudio Pergentino Ferreira do Monte, cozinheiro¹², de 40 anos de idade, saiu de sua casa no Engenho Salgado à tarde para passear vestido com *palitot* para ir ao Povoado de Nossa Senhora do Ó acompanhar à procissão da santa de mesma invocação. Mais tarde ele foi informado que teria um brinquedo de Bumba-meu-boi, devidamente autorizado pelo subdelegado. E como no dia seguinte seria um dia-santo e não teria afazeres no engenho, quer dizer, somente naquele

¹¹ Heinz, Flávio M. (Org.) *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora de Janeiro: Editora FGV, 2006.

¹² O termo “cozinheiro” sugere que essa seja o ofício ou a profissão desempenhada por Cláudio Pergentino. Cozinheiro, provavelmente, era o trabalhador encarregado da cozedura do caldo da cana nas fábricas dos engenhos de açúcar..

dia, pois se aproximava o período de plantio de cana-de-açúcar e assim as atividades diárias de trabalho cresceriam bastante. Diante desta possibilidade Cláudio resolveu ficar na frente do estabelecimento do Capitão João Manoel onde seria a apresentação. O local estava repleto de espectadores para assistir à função até que chega um moço chamado Liberato e lança injúrias em alta voz que não leva em conta mulher de nenhum negro do Engenho Salgado. A tensão começa de fato mais tarde quando, por volta da meia noite, Liberato, que foi descrito como um moço, *alto, seco e do cabelo bom* dirige gracejos a uma mulher. Pouco depois, ele se juntou a outros rapazes armados de cacetes, os quais persistiram na confusão e bateram nas pessoas e *nos negros do Salgado* que estavam reunidas para ver o boi. O episódio narrado pela viva voz de Cláudio Pergentino e anotado pelo Escrivão assim teria acontecido...



Detalhe do mapa do Município de Ipojuca, na parte cinza está situado o Distrito de Nossa Senhora do Ó e logo acima o engenho salgado que dista 16 léguas do referido distrito. (Fonte IBGE)

Os bois deveriam atrair ex-escravos e livres dos vários engenhos vizinhos à localidade. A julgar pelas explicações dadas por uma testemunha, a qual disse que havia

mais ou menos 300 pessoas assistindo a referida função. Esse festejo devia ser apreciado e brincado por gente negra, e, além disso, de acordo com Sílvio Romero, seus brincantes cantavam em coro trechos como este:

*Capitão de campo
Veja que o mundo virou
Foi ao mato pegar negro
Mas o negro lhe amarrou.*¹³

Poucos anos depois da Abolição, cantorias como essa deveriam remeter aos escravos a idéia de que a vida havia mudado ou de se fazer sentir mais claramente as mudanças nas relações sociais e que os negros não estavam mais sob o jugo de um proprietário. É significativo e cabe especular que os antigos senhores agora teriam de mudar a forma de negociação com seus antigos escravos, conviver com as demandas por autonomia; os seus cantos já indicam que são tempos diferentes, tempo em que podiam livremente cantar a sua autonomia, a sua liberdade.

O rapaz, o qual causou toda aquela agitação e as cacetadas, teria dirigido gracejos a uma mulher que tinha sido escrava do Senhor Cavalcante e a mesma era camarada de Cláudio. Talvez o rapaz tenha visto aquela cantoria como a materialização das modificações ocorridas nas relações cotidianas mantidas antes da Abolição. Como não era “miope” o rapaz causador da briga compreendia os códigos específicos daquele grupo de trabalhadores e os significados emitidos por aquele folgado. Acredito que ele deve ter achado aquela festa uma ousadia, um desacato de pessoas recém saídas do cativeiro e que depois do dia 13 de maio não queriam mais viver na dependência ou submissos a ninguém. Além disso, esse episódio mostra que esses libertos, para driblar as resistências encontradas pelo caminho, poderiam utilizar esse folgado como um veículo sutil para fazer uma crítica social a quem ainda queria viver segundo as regras da ordem escravista.

Muitas questões podem ser levantadas da análise desse processo-crime; por hora o que nos interessa é observar o peso dos gracejos relacionados à questão racial, pouco tempo depois da Abolição. No dia em que se brincava o boi no Engenho Salgado, fazia mais ou menos três anos que tinha sido aprovada a lei que aboliu a escravidão no Brasil. E ao tentar aproximar os moradores do Engenho Salgado por meio de palavras ao

¹³ Romero. Sílvio. Cantos populares do Brasil.

passado escravista não foi bem visto pelos mesmos, os quais não queriam mais viver em desvantagem de condições, principalmente, se os marcadores sociais para esta diferença fossem a cor da pele.

Outro aspecto interessante no caso analisado é o fato de ter havido injúrias às esposas nos negros do Engenho Salgado, pois Liberato disse: *Que naquela noite, não havia mulher cazada ou solteira de negro do Salgado, que elle não a cantasse*. Ao escutar estas palavras ofendeu-se porque era casado e morador naquele engenho e falou para Liberato que moderasse as palavras porque aquele tipo de pilhéria só se faria a uma mulher que não tivesse pai, marido ou irmão, ou seja, um homem na família. E obteve como resposta a *traz a tua mulher que eu mostro se não a canto!!*

Como afirmou Thomas Holt, os libertos jamaicanos no pós-emancipação adotaram esferas sexuadas de atividade e autoridade com relação as suas esposas e filhos. Ainda de acordo com o autor, os ex-escravos jamaicanos começaram a desenvolver comportamentos considerados burgueses, sobretudo no sentido de buscar proporcionar a suas mulheres e filhos o sustento extraído pelo trabalho do marido na lavoura, bem como a própria prática de acumulação de capital. Essa prática permitiria uma autoridade sobre os da casa por parte do mantenedor. Além disso, ofender a mulher ou ao filho significava diretamente um alvitre a figura do marido e do pai.¹⁴ Cada vez mais a honra, que já era uma preocupação entre os escravos, ganha uma dimensão ainda maior entre os libertos. Esses tipos de práticas relatados por Thomas Holt também podem ser pensados para os trabalhadores, homens e mulheres, dos engenhos da Mata Sul de Pernambuco. Senão vejamos; o reclame de Cláudio, sobre as palavras de Liberato, abre espaço para pensarmos na defesa dessa liderança e da honra familiar. Essa defesa pode ser analisada também como a afirmação da condição de livre nos pós-abolição, que estavam baseadas em novas relações cotidianas, nas quais não eram mais aceitas as ofensas raciais e de gêneros, que caracterizavam os negros como objetos passíveis, sobretudo, de uma submissão racial. Devemos ainda pensar que Cláudio manifesta-se contra o *repertório*

¹⁴ Holt, Thomas. *A essência do contrato – A articulação entre raça, gênero sexual e economia política no programa Britânico de emancipação, 1838-1866*. In: Cooper, Frederick, Holt, Thomas C., Scott, Rebecca J. *Além da Escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, Fl.110.

*simbólico da ordem escravista*¹⁵ utilizado por Liberato. Nesse momento vamos conjecturar a partir de leituras teóricas.

De acordo com James Scott, estudioso do mundo rural e que debateu sobre resistência cotidiana, o comportamento estratégico dos subalternos, denominado por ele de transcrição escondida, pode ser entendido como uma resposta possível de ser dada aos poderosos locais (elites) em uma determinada circunstância. Para ele a resistência miúda do cotidiano, processo difícil de ser estudado, é entendido como uma ação política de luta social. E é um espaço velado para expressão dentro de um sistema opressivo é uma possibilidade de ação política que não desafia abertamente a transcrição pública. Por exemplo, homens e mulheres escravizados, em muitos casos, não reclamaram o direito de viver sem senhores e sim, de terem margens de autonomia respaldadas por direitos tradicionais ou como é mais conhecido na historiografia, por uma economia moral.¹⁶

Scott em *Domination and the Arts of Resistance* usa dois conceitos o de transcrição pública e o de transcrição escondida. A transcrição pública significa às palavras, os gestos, as expressões culturais e as outras ações produzidas na interação entre poderosos e subalternos. A transcrição escondida tanto dos dominantes quanto dos dominados, é o espaço onde eles podem falar abertamente longe de olhos e ouvidos delatores sobre as relações de dominação e suas idéias sobre o outro grupo. Em outra situação, os trabalhadores rurais podiam lançar mão de formas mais organizadas e combativas para enfrentar seus empregadores, em ações individuais e coletivas, para fazer respeitar os seus direitos e tradições, ou simplesmente, impor limites ao que percebiam como exploração.¹⁷

Pude entender a partir da leitura dos textos de James Scott como os escravos e ex-escravos, na impossibilidade de uma crítica aberta aos senhores e ex-senhores, inventaram um discurso oculto por meio do qual questionaram antigas formas de dependência sem se exporem as represálias.

O autor ao contrário da maioria dos cientistas sociais que focalizam seus estudos em instituições formais, tais como sindicatos, agremiações, partidos políticos ou

¹⁵ Fraga Filho, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: Histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2006. Ver capítulo 06.

¹⁶ Scott, James C. *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. New Haven, Yale, University Press, 1985.

¹⁷ Scott, James C. *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. New Haven, Yale, University Press, 1990.

movimentos sociais, como espaço de luta social. Por outro lado, James Scott acabou por centrar as suas análises em organizações não-formais. O autor compreende a resistência cotidiana como uma atividade constante que requer pouca coordenação, planeamento e que evita confronto direto com as autoridades ou com as normas da elite. Tal forma de luta pode ser traduzida por meio das expressões: *fazer corpo mole*, *dissimulação*, *condescendência*, *furto ou simulação*. Ou seja, um conjunto de ações não visíveis dentro da estrutura social. No nosso caso específico, essa questão é fortalecida quando observamos que a prática de furtos, como o de açúcar ou as ferramentas para o seu fabrico, podia ser entendida como uma microeconomia monetária proveniente de um pequeno comércio de gêneros produzidos ou roubados, ou seja, algumas ações revestiam-se de uma dimensão política.

Como afirmou Walter Fraga, o fim da Escravidão trouxe para os libertos não somente expectativas de mudanças e ampliação nas condições de subsistência e trabalho. Eles almejavam, também, modificação na maneira em que eram tratados cotidianamente.¹⁸ E a cantoria durante o boi tem um significado muito forte – *o mundo virou*, isto é, os negros escravos ou ex-escravos podiam submeter os seus opressores como fez um dos personagens do folgado.

Os homens e mulheres moradores do Engenho Salgado, ex-escravos, seus filhos e netos repulavam designações que evocassem a antiga condição de escravos, notadamente, se eram usados para compor modelos hierárquicos envoltos nas experiências escravistas. Naquela noite de 29 de julho, uma mulher, identificada como ex-escrava, foi insultada ao receber o *gracejo* de um moço que se dirigiu a ela da seguinte maneira: *minha mulata, estais bonita e gorda?* E os homens do Engenho Salgado se mobilizaram e como afirmaram Walter Fraga e Wlamyra Albuquerque, a história da escravidão não acabou em 1888, ela prolongou-se e o uso de denominações depreciativas com referências ao passado da escravidão, menções a cor de uma pessoa foram utilizadas para desqualificar um indivíduo e depreciar a nova condição de livres dos ex-cativos.¹⁹

¹⁸ Fraga Filho, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade*. Op. Cit. Fl. 263..

¹⁹ Fraga Filho, Walter. *Migrações, Itinerários e Esperanças de Mobilidade Social no Recôncavo Baiano após a Abolição*. Cadernos AEL, 2009, no prelo. & Albuquerque, Wlamyra R de. *O Jogo da dissimulação – Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

Esse folguedo, certamente, era um evento que ocorria com certa frequência, pelo menos, nos períodos das festas de natal e dos festejos juninos. A origem do bumba-meu-boi se perde no tempo, liga-se às festas religiosas e é um espetáculo que envolve dança e dramatização – acompanhados de uma banda musical formada por zabumba, pandeiro e ganzá. Era encenado tradicionalmente em arenas públicas que podem ser uma praça, um pátio, ou seja, pode-se brincar em qualquer pedaço de rua. A festa ou a função como era comumente chamado podia durar até oito horas, começando às 10 da noite até o raiar do dia.

A atitude provocadora de Liberato, acreditamos, tinha por intenção censurar e esvaziar os significados de festejos como o bumba-meu-boi, no qual ex-cativos fizeram uma releitura das experiências da escravidão; revestindo este folguedo com novos conteúdos de resistência política que foi somado às expectativas com o futuro menos opressivo para reorganizar as suas vidas. A declaração oficial depois de 13 de maio de 1888 de que se inauguravam novas relações jurídicas para as populações de cor não foram suficientes para efetivar a sua condição de livres e evitar insultos. As agressões físicas e/ou por meio de palavras também eram aviltantes, notadamente, quando carregavam marcas desclassificadoras para os ofendidos.

Sabemos que não é possível dar conta das complicadas questões levantadas nesse texto a partir de um único exemplo, contudo esse processo-crime demonstra os “problemas da liberdade” enfrentados pelos ex-escravos e seus descendentes no pós-abolição. Os dados obtidos até agora sobre os envolvidos no episódio mostram que alguns libertos emergiram da escravidão com noções de direitos e demandas por cidadania. O bumba-meu-boi é um folguedo com conteúdos culturais e políticos incorporados pelos últimos escravos no processo de abolição e depois pelos trabalhadores livres ou do trânsito desses sujeitos entre a escravidão e a liberdade; na busca para determinar os significados da liberdade e para contestar através de manifestações coletivas as exclusões ou restrições à cidadania. Ou seja, eles queriam *mostrar que o mundo virou*.²⁰

²⁰ Ver prefácio de Hebe Mattos In: Cooper, Frederick, Holt, Thomas C., Scott, Rebecca J. *Além da Escravidão*.

